



Avaliação Antropométrica e Nutricional de Crianças Indígenas residentes em um meio urbano próximo à Unicamp

PROJETO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

*Pesquisador: acadêmico Davi Simões de Oliveira Junior –
Faculdade de Ciências Médicas (FCM) - Unicamp*

*Orientador: prof. Dr Roberto Teixeira Mendes – Faculdade de
Ciências Médicas (FCM) - Unicamp*

Data de apresentação ao Comitê de Ética em Pesquisa:

28/08/2020 – parecer número: 4.820.147 – CAAE:

39842020.5.0000.5404

Palavras chave: indígenas; crianças; antropometria

Introdução:

A população indígena brasileira tem pouco acesso à assistência à saúde. Com a progressiva urbanização e a mudança, mesmo entre os aldeados, do acesso a alimentos processados, vem sendo identificado um progressivo aumento das doenças relativas ao padrão urbano de vida e alimentação, como obesidade, diabetes e hipertensão. O último censo do IBGE (2010) informa que existem no Brasil ao redor de 900.000 indígenas, sendo que 33% estão residindo em área urbana (330.000). Estudos que avaliam o estado nutricional dos indígenas costumam focar a população adulta, sem diferenciar a população urbanizada da aldeada. A partir disso, trabalhos realizados com crianças indígenas no Brasil nas últimas duas décadas evidenciaram que a ocidentalização dos hábitos alimentares dessas crianças está relacionada com carências nutricionais, como o aporte insuficiente de ferro e a redução da ingestão de fibras^{[1], [2]}.

Em agosto de 1990 o Brasil formalizou a criação do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan), buscando atender as normas e orientações voltadas ao monitoramento da segurança alimentar e nutricional dos brasileiros^[15]. Já a partir de 2006, reconheceu-se a relevância dos problemas relacionados com a alimentação e a nutrição dos povos indígenas, fato que levou a criação de uma ala específica, o Sisvan Indígena (Sisvan-I), importante instrumento de monitoramento da condição nutricional e da avaliação de ações de saúde nas populações indígenas^[3]. Desde a sua regulamentação, e com o aumento da cobertura do Sisvan-I, observou-se a diminuição da desnutrição infantil entre os povos indígenas alcançados por ele^{[3], [4]}.

O vestibular indígena da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) trouxe uma realidade nova com vista às necessidades que se apresentam para a inclusão desses povos em um cenário urbano e universitário^[5]. Certamente, as necessidades em saúde estão entre as mais importantes para a inclusão e permanência dos estudantes na universidade, assim como para as suas famílias.

Diante desta nova e inclusiva política pública, um novo contexto em saúde, marcado pelas especificidades socioculturais e pela inclusão de ações diferenciadas no que concerne ao acesso à saúde aos indígenas, são desafios permanentes para a comunidade universitária e para o Sistema de Saúde Pública local, afim de se garantir acesso respeitando a interculturalidade, segundo as determinações da Política Nacional de Saúde Indígena^[5].

Quando uma família indígena distancia-se da vida na comunidade original e passa a viver em um ambiente urbano, há uma ruptura total de seus hábitos alimentares tradicionais, uma vez que a oferta de alimentos no meio urbano segue um padrão diferente daquele observado nas tribos indígenas. Também, como não há informação alimentar culturalmente estabelecida para as famílias indígenas residentes em um meio urbano, as crianças dessas famílias podem ficar mais susceptíveis a danos causados por uma alimentação inadequada, seja por carência, excesso ou pela qualidade em nutrientes, fato que pode afetar a nutrição adequada dessas crianças.

Objetivos:

O objetivo deste estudo é o de avaliar o impacto da urbanização no padrão alimentar e no estado nutricional de crianças indígenas filhas de alunos recém admitidos na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e recém domiciliadas em Barão Geraldo/Campinas. O estudo também objetiva avaliar as eventuais mudanças no padrão alimentar dessas crianças, bem como estudar os determinantes das escolhas alimentares e comparar a evolução dos padrões antropométricos das crianças indígenas com a de crianças não indígenas.

Metodologia:

O estudo será longitudinal, acompanhando os filhos e filhas de famílias indígenas residentes próximas a Unicamp e que utilizam o Centro de Saúde de Barão Geraldo por um período aproximado de um ano, buscando avaliar as condições nutricionais das crianças dessas famílias, utilizando-se para isso dados recuperáveis nos prontuários do Centro de Saúde. Além disso, crianças de famílias não indígenas e que também residem em Barão Geraldo e utilizam o Centro de Saúde em Barão Geraldo serão submetidas ao mesmo processo de avaliação, como grupo controle, objetivando, assim, comparar o desenvolvimento antropométrico de uma criança indígena e de uma não indígena, ambas no mesmo contexto urbano de moradia, de acesso à saúde e alimentação.

Para a coleta dos dados antropométricos, serão utilizados os dados fornecidos pelos prontuários médicos do Centro de Saúde de Barão Geraldo, ou sua aferição com os equipamentos do serviço. Na ausência desses dados, uma entrevista será agendada na residência dessas famílias para a coleta desses dados. As variáveis antropométricas que serão utilizadas são: peso, comprimento/estatura e índice de massa corporal. Já em relação a coleta de dados referentes aos aspectos alimentares, será realizada uma entrevista com as famílias das crianças participantes deste estudo (1. Quais os tipos de alimento predominantes na dieta da criança?; 2. Quantas refeições a criança geralmente faz durante o dia?; 3. Quais são as quantidades de alimentos presentes em cada refeição do dia?; 4. Quais alimentos estão presentes entre as refeições principais do dia?; 5. Como seria a alimentação dessa criança se estivesse aldeada? – pergunta exclusiva para as crianças das famílias indígenas).

Resultados esperados:

A hipótese desta pesquisa é que a mudança do padrão alimentar das crianças indígenas no ambiente urbano altera seu padrão de crescimento, aproximando-o do de crianças residentes no mesmo ambiente.

Atividades já realizadas:

A elaboração do projeto, bem como a sua escrita, começou no final do ano de 2019 e início do ano de 2020, antes do início da atual situação de pandemia causada pelo COVID-19. O tramite das autorizações necessárias para que o

projeto pudesse se iniciar dentro da Unidade Básica de Saúde de Barão Geraldo, apenas se concluiu no segundo semestre de 2020, mais precisamente no dia 14 de agosto do mesmo ano. Além disso, a aprovação pelo CEP-Unicamp também sofreu contratempos, por ser população indígena e também por necessitar de algumas correções, que já foram enviadas ao comitê de ética.

Desse modo, com a suspensão das aulas presenciais, os alunos indígenas voltaram para as suas aldeias, e a Unidade Básica de Saúde de Barão Geraldo, assim como outras, teve que se readaptar a uma nova dinâmica de trabalho na rede municipal de saúde.

Neste momento estamos entrando em contato com a Unidade Básica de Saúde de Barão Geraldo para solicitar um agendamento de visita ao local, com o objetivo de analisar os prontuários médicos das consultas realizadas pelas crianças indígenas durante os períodos de 2019 e início 2020 (antes do começo da pandemia).

Com a definição da administração da universidade de vacinar todos os alunos e iniciar a retomada das aulas presenciais, entendemos que o projeto poderá ser finalmente desenvolvido conforme o planejado.

A partir de 17/08, será iniciada a campanha de vacinação de funcionários e alunos que ainda não tenham sido vacinados, esperando-se que a partir de outubro, as atividades presenciais passem a ser regulares.

Referências:

- [1]: *Anemia em crianças e mulheres indígenas no Brasil – autores: Juliana Souza Andrade Lício, Thatiana Regina Fávoro e Célia Regina Moutinho de Miranda Chaves – DOI: 10.1590/1413-81232015218.00532015*
- [2]: *Perfil Nutricional e fatores associados à ocorrência de desnutrição entre crianças indígenas Kaingang da Terra Indígena de Mangueirinha, Paraná, Brasil – autores: Adriana Masiero Kühn, Arlete Catarina Tiltoni Corso, Maurício Soares Leite e João Luiz Bastos – Caderno de Saúde Pública – ano: fev. 2009 – Rio de Janeiro*
- [3]: *Cobertura do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Indígena (SISVAN-I) e prevalência de desvios nutricionais em crianças Yanomami menores de 60 meses, Amazônia, Brasil – autores: Lídia de Nazaré Pantoja, Jessem Douglas Yamall Orellana, Maurício Soares Leite e Paulo Cesar Basta – Revista Brasileira Materna Infantil – ano: 2014 – DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-38292014000100005>*
- [4]: *Vigilância Alimentar e nutricional de crianças indígenas menores de cinco anos em Mato Grosso do Sul, 2002-2011 – autores: Osvaldinete Lopes de Oliveira Silva, Ivana Loraine Lindemann, Sheila Gomes do Prado, Karine de Cássia Freitas e Albert Schiaveto de Souza – Epidemiol. Serv. Saúde – ano: 2014 – DOI: 10.5123/S1679-49742014000300017*
- [5]: *Brasil. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. 40 p*